

Júndia
ext

Negociação sem Retórica

JUL 1989

JORNAL DO BRASIL

As discussões sobre o endividamento externo dos países em desenvolvimento têm sido cercadas de intenso emocionalismo típico da retórica latino-americana. Agora mesmo, o acordo preliminar conseguido pelo México, o primeiro nos termos do Plano Brady, já está sendo alvo de opiniões passionais à direita e à esquerda.

Há quem julgue que o acordo com o México foi apenas um favor político dos Estados Unidos, diante da notória preocupação com o alastramento de tensões na fronteira ao sul do Rio Grande. Na mesma linha, há os que proclamam que a Argentina de Carlos Menem já está a merecer uma renegociação mais favorável porque atacou o artificialismo dos preços e tarifas públicas — origem do pesado déficit do Tesouro — e retirou obstáculos à movimentação do capital estrangeiro. Outras correntes de pensamento procuram adotar posição moderna, porém conflitante, do tipo “pagaremos, mas devemos exigir isso e aquilo”.

Na verdade, o México conseguiu ser o primeiro país contemplado pela redução parcial no valor da dívida, no âmbito do Plano Brady, por ter empreendido uma série de medidas para lançar o país na internacionalização de sua economia. Para começar, foi feito um grande esforço de contenção dos gastos públicos, desflagrado um programa de privatização de empresas estatais e reduzidas as barreiras tarifárias e as reservas de mercado que impediam a livre competição com o mercado internacional. Em consequência, a inflação caiu de 150% ao ano para 1,5% mensais, taxa aceitável entre os ricos países industrializados.

O receituário do governo Menem segue os passos da estratégia mexicana. Mas é evidente que, antes de surgirem os primeiros resultados concretos no plano econômico de combate à hiperinflação (dos quais um dos sinais mais evidentes será a repatriação dos mais de US\$ 40 bilhões de

recursos aplicados pelos argentinos no exterior), não se podem esperar lances espetaculares na renegociação de sua dívida externa.

Os países mais próximos de serem enquadrados nas fórmulas de redução da dívida ou dos juros do Plano Brady são exatamente aqueles que já estão avançados no estágio de saneamento interno e na progressiva liberalização, visando à internacionalização de suas economias, como a Costa Rica, o Marrocos, as Filipinas e a Venezuela.

Os candidatos a presidente da República e suas equipes econômicas precisam sintonizar com a realidade e aposentar a retórica. O Brasil avançará na conquista de condições mais favoráveis para a sua dívida se aprofundar reformas econômicas que ampliem a integração do país na economia mundial, mediante a redução do tamanho do Estado-empresário, a abolição dos cartórios e reservas de mercado, a liberalização gradual das importações e a abertura ao capital estrangeiro.

Os problemas internos da economia brasileira exigirão o acompanhamento permanente do ministro da Fazenda ou dos responsáveis pela execução da política econômica, como mostrou a experiência dos últimos sete anos. Seria indispensável, portanto, que ficasse cristalizada desde já a idéia da criação de um grupo permanentemente revestido dos necessários poderes para a renegociação das condições de pagamento da dívida. Os contatos com os governos, organismos internacionais e centenas de bancos credores pedem um negociador especialmente preparado para obter todas as vantagens possíveis, tarefa incompatível com a responsabilidade maior dos ministros da área econômica, que é o saneamento interno do setor público brasileiro para derrubar a inflação.